

# Reitor da PUC quer fim do diploma como valor absoluto

Martha Baptista

O fim do diploma como único caminho para se exercer uma profissão. Essa tese é defendida pelo reitor da PUC — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, padre Laércio de Dias Moura, que critica o "canudismo" — o valor absoluto do diploma como forma de avaliar a capacitação profissional de um indivíduo — que condiciona as universidades e estimula a criação de faculdades de fim de semana:

— O diploma deixa de ser uma fonte de saber para se tornar uma fonte de privilégios — diz o reitor.

Padre Laércio sugere que as entidades de classe passem a ter a responsabilidade de avaliar a capacidade do futuro profissional através de exames. E acha que, uma vez livres do condicionamento do diploma como única forma de acesso a uma profissão regulamentada, as universidades terão alunos mais motivados e liberdade para criar cursos novos. O reitor ressalva, entretanto, que esse sistema não teria validade para profissões que envolvessem risco de vida, como a medicina.

**Controvérsia** — Essa tese não é nova — a questão da supervalorização do diploma foi discutida pelo sociólogo Simon Schwartzman em 1985, no relatório final da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, reunida pelo MEC (Ministério da Educação) — e desperta controvérsia no meio acadêmico. Na qualidade de relator da comissão, cujas propostas estão apresentadas no livro "Uma nova política para a educação superior brasileira", Schwartzman conde-

Arquivo — 13.2.85



Schwartzman: corporativismo

Chiquito Chaves



Pe. Laércio: motivar mais

na o sistema corporativo — "a idéia, que se procurou implantar no Brasil desde o Estado Novo, de que a sociedade deve estar organizada em corporações profissionais fechadas, todas sob a tutela do Estado, com regras estritas de acesso e controladas por órgãos normativos superiores" — e suas conseqüências para o ensino superior.

O sistema corporativo, diz o sociólogo, provocou em termos de ensino superior a expansão "aparentemente infinita" de profissões regulamentadas e de seus respectivos conselhos profissionais, com membros provenientes de faculdades idênticas, "moldadas segundo currículos mínimos legalmente estabelecidos". Schwartzman enumera uma série de problemas que teriam sido acarretados por esse sistema, entre eles, a imposição de restrições à liberdade das universidades de experimentarem novos currículos e formatos educacionais.

— Os próprios alunos tendem a desvalorizar os cursos que não conduzem a profissões reconhecidas — argumenta.

**Prática** — O reitor da PUC-Rio concorda e cita o caso do curso de Engenharia Operacional, que formava um engenheiro em três anos e só sobreviveu cinco anos por desinteresse dos alunos, causado pelo fato de a profissão não ser regulamentada.

— Se eu criasse hoje um curso misturando direito e economia, os estudantes não se interessariam porque o diploma correspondente não daria acesso a uma profissão regulamentada — exemplifica padre Laércio.

Simon Schwartzman afirma que o atual sistema corporativo não garante a qualidade técnica e científica dos profissionais:

— O fato de passar quatro ou cinco anos numa faculdade não é garantia. Em geral as pessoas adquirem a prática no

dia-a-dia de trabalho. O diploma em si não diz nada — argumenta.

Ele propõe que os sistemas tradicionais e burocráticos de controle sejam substituídos por formas de controle mais efetivas. Isto é, que caia a obrigação de registrar o diploma no MEC e que o controle de qualidade seja feito por conselhos profissionais que avaliariam o futuro profissional através de exames. A outra sugestão é que essas entidades ficassem responsáveis pelo credenciamento dos cursos existentes nos estabelecimentos de ensino superior.

— Nos Estados Unidos, a cada três anos, as instituições de ensino são avaliadas por órgãos não governamentais que emitem certificados de qualidade — diz.

**Liberdade** — Schwartzman ressalta que há dois tipos de profissões: as que envolvem riscos de vida, como a medicina, e necessitam de um controle rígido, e outras que, segundo ele, não são profissões e nas quais é possível ter uma formação genérica. Seria o caso dos sociólogos, jornalistas e também dos economistas.

— Há uma tendência no Brasil para todas as atividades fingirem que são Medicina. Isso é uma aberração. Não se justifica um mercado de trabalho exclusivo para economista e, tampouco, tem sentido um sociólogo ter diploma registrado no MEC. O jornalismo deve ser feito por quem sabe e não importa se a pessoa adquiriu esse conhecimento num estágio ou numa faculdade. Sou a favor de um mercado de trabalho mais livre e regulamentado com a participação efetiva dos profissionais mais competentes de cada área.

Arquivo — 19.11.86



Martins: Tese fascinante

## Com diploma ou não, mudar é preciso

Embora chame a atenção para o fato de que os profissionais que saem das universidades têm melhor qualificação, o reitor da UnB (Universidade de Brasília), Cristóvam Buarque, acha que a lei não deveria impedir ninguém de usar o seu potencial.

— Isso não corresponde aos interesses sociais, nem aos individuais — afirma.

O reitor da USP (Universidade de São Paulo), o físico José Goldemberg, também condena o corporativismo brasileiro:

— Sem o título universitário, raras vezes se consegue exercer uma profissão qualificada. Isso é um absurdo, porque para ser capitalista, por exemplo, não há necessidade de diploma.

O reitor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Paulo Renato Costa Souza, também é contra o que chama de credencialismo:

— Essa tendência de se credenciar pessoas e profissões para tudo já foi longe demais. A sociedade caminha fatalmente para uma revisão total desse processo.

O reitor da UnB, Cristóvam Buarque, acha que a maioria das pessoas na universidade brasileira quer apenas um diploma e com isso o saber fica em segundo plano. A causa dessa situação, segundo ele, está na própria lei, que "assegura que só os diplomados podem exercer uma profissão". Cristóvam Buarque refuta o argumento — usado por defensores do diploma — de que este protege a sociedade contra os charlatões ou maus profissionais. Afirma que isso seria evitado se houvesse um acompanha-

mento rigoroso do exercício da profissão.

Cristóvam Buarque critica o fato de que os profissionais provenientes de cursos técnicos ou de nível secundário estejam sempre "condenados" a receber baixos salários. Ele argumenta que, se os salários fossem iguais para o pessoal de nível médio e superior, só iria para a universidade quem tivesse realmente vocação.

Mas não é todo mundo que defende o fim da obrigatoriedade do diploma. O vice-reitor da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Ivo Barbieri, é a favor do restabelecimento da "verdade" do diploma.

— Sou a favor do fechamento das faculdades que vivem da venda de diplomas. É preciso que haja rigor na concessão do diploma e que ele, uma vez concedido, seja a expressão da verdade, espelhando a capacidade de quem o conseguiu — afirma Barbieri.

**Curso livre** — O vice-reitor da Uerj defende também o surgimento de formas não convencionais de formação universitária, como cursos livres, onde a experiência anterior do aluno fosse valorizada e a frequência não fosse rígida.

O reitor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Horácio Macedo, acha que a discussão em torno da obrigatoriedade ou não do diploma está "fora da realidade brasileira". Segundo ele, a questão da exigência de diploma para se ter uma profissão vem evoluindo naturalmente. Em alguns países, como os

Estados Unidos, essa evolução foi mais liberal e o exercício da profissão é hoje controlado pela sociedade através de exames de suficiência. Em outros, como o Brasil, a evolução seguiu uma linha conservadora e corporativista, e o controle é feito através da concessão de diplomas.

Horácio Macedo afirma que essa mudança não se faz com a simples abolição do diploma e argumenta que a sociedade brasileira é muito apegada culturalmente à questão formal.

— Abolir o diploma não é o importante neste momento. O fundamental é boas universidades e fazer com que elas não sejam fábricas de diplomas — diz o reitor da UFRJ.

O presidente da OAB — Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Rio de Janeiro, Carlos Mauricio Martins Rodrigues, ex-aluno da PUC, diz que, em tese, a idéia de acabar com a exigência de diplomas para se exercer profissão como a advocacia, deixando a avaliação dos profissionais sob a responsabilidade das entidades de classe, é "fascinante".

— É possível um excelente autodidata vir a ser um bom profissional, mas em regra geral se uma pessoa não tiver um estudo sistematizado não chegará a qualquer resultado, principalmente, no Brasil, onde o curso secundário é deficiente — conclui o presidente da OAB-RJ.

Participaram Ieda Cavalcante (Brasília) e Lina de Albuquerque (São Paulo).

**PERSIANAS**

# PanAmerican<sup>®</sup>

**MEIO SÉCULO DE QUALIDADE**

**PERSIANAS VERTICAIS E HORIZONTAIS EM ALUMÍNIO PORCELANIZADO OU TECIDO PLASTIFICADO.**

**Atendimento à Clientes: Tel.: (021) 241-1177**  
 Rua Frei Caneca, 101/103 - Centro  
 Av. Alvorada, 2.150, Loja L, Bloco G - Casa Shopping - Barra